



## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) PARA O EXERCÍCIO DE 2027

Às dezoito horas e quarenta e quatro minutos do dia quatorze de abril de dois mil e vinte e seis, no Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, reuniu-se no Plenário da Câmara Municipal a equipe técnica da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, sob a coordenação da Secretária Municipal, **Sra. Luene Pereira**, com a finalidade de realizar a **Audiência Pública** para a apresentação, discussão e elaboração do **Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** correspondente ao exercício financeiro de 2027. A reunião contou com a presença de servidores públicos, representantes de entidades de classe e membros da sociedade civil. A **Sra. Coordenadora** do departamento de planejamento e execução orçamentária **Sra. Vanderleia Vieira da Purificação**, abriu os trabalhos cumprimentando os presentes e fazendo uma introdução conceitual e legal do objeto da audiência. Explicou que a LDO funciona como o elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), tendo como papel principal selecionar, dentre as ações previstas no PPA, aquelas que serão priorizadas no orçamento do ano seguinte. Destacou que a base legal para a elaboração do projeto fundamenta-se nos **artigos 165 e 166 da Constituição Federal de 1988, na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000)**, especificamente no que tange às normas de transparência e gestão fiscal. Dando seguimento, foram apresentados os parâmetros macroeconômicos e os índices de atualização utilizados nas projeções financeiras do município. Informou-se que foi adotado um percentual de reajuste de **5,5%** para o **ano de 2027**, calculado com base na execução financeira do exercício de 2025, mantendo-se a mesma projeção de **5,5%** para os anos subsequentes de **2028 e 2029**, visando assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio das contas públicas a médio prazo. No bloco relativo às **Metas Fiscais de Receita**, foi exposto o comportamento da receita municipal. Apresentou-se o valor executado em 2025, que totalizou **R\$ 441.397.498,83 (quatrocentos e quarenta e um milhões, trezentos e noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e três centavos)**, e o montante fixado na LOA vigente para 2026, de **R\$ 414.864.586,36 (quatrocentos e quatorze milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e seis reais e trinta e seis centavos)**. Para o exercício de 2027, a estimativa da LDO projeta uma Receita Total de **R\$ 465.674.361,27 (quatrocentos e sessenta e cinco**



milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, trezentos e sessenta e um reais e vinte e sete centavos). Detalhou-se que a composição dessa receita prevê Receitas Correntes de R\$ 501.771.168,44, deduzidas as transferências obrigatórias e formações do FUNDEB, e Receitas de Capital da ordem de R\$ 33.844.757,99. Foi feita uma ressalva técnica evidenciando que, historicamente, a arrecadação real do município tem superado as previsões orçamentárias, citando como exemplo o ano de 2025, cuja arrecadação superou a estimativa inicial em 21,23%, gerando um excesso de arrecadação de R\$ 82.932.912,47. Em seguida, passou-se à demonstração das Metas Fiscais de Despesa. Para o ano de 2027, a Despesa Total foi fixada em R\$ 441.367.075,70 (quatrocentos e quarenta e um milhões, trezentos e sessenta e sete mil, setenta e cinco reais e setenta centavos), dividida em: Despesas Correntes, no valor de R\$ 381.688.366,28, sendo R\$ 202.072.735,60 destinados a Pessoal e Encargos Sociais (o que representa um acréscimo de 2,88% em relação a 2025) e R\$ 179.088.130,67 para Outras Despesas Correntes; Despesas de Capital, estimadas em R\$ 56.882.371,78, subdivididas em Investimentos no valor de R\$ 46.976.913,48 (um aumento de 35,50% face ao executado em 2025) e Amortização da Dívida em R\$ 9.905.458,30; e, por fim, uma Reserva de Contingência estabelecida em R\$ 2.796.337,64. Na sequência, a coordenação expôs os resultados fiscais pretendidos. A meta para o Resultado Primário foi estipulada em um superávit de R\$ 6.633.855,37 (seis milhões, seiscentos e trinta e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos). Já a meta para o Resultado Nominal prevê uma variação de R\$ 11.084.960,12 (onze milhões, oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta reais e doze centavos). A apresentação também abordou o demonstrativo de Renúncia de Receita e o Anexo de Riscos Fiscais. Estimou-se uma renúncia total para 2027 de R\$ 4.943.183,82, motivada principalmente por descontos de caráter social e incentivos econômicos no IPTU R\$ 3,6 milhões, ISSQN e Taxas de Licença. Como medida de compensação, mencionou-se o incremento na arrecadação decorrente da atualização da Planta Genérica de Valores. Quanto aos Riscos Fiscais, foram identificados passivos contingentes potenciais na importância de R\$ 13.187.500,00, decorrentes de riscos de frustração de receita e demandas judiciais em curso, ficando definido que a providência a ser adotada caso tais riscos se materializem será o contingenciamento de despesas e a limitação de empenho. Dando prosseguimento à pauta, a Sra. Coordenadora apresentou a metodologia do Diagnóstico Social e da Participação Popular voltada à elaboração da LDO 2027. Explicou que o processo de escuta e tabulação das contribuições sociais foi estruturado com base em critérios de



identificação do perfil dos participantes, mapeando as variáveis de faixa etária, sexo, escolaridade e nível de utilização dos serviços públicos, assegurando um diagnóstico qualificado das reais necessidades da comunidade. Na oportunidade, foi exposto o fluxo de destinação das demandas, esclarecendo que todas as propostas recolhidas serão categorizadas e formalmente encaminhadas para análise de viabilidade técnica e financeira nas secretarias finalísticas competentes, com ênfase nas pastas da Saúde, Educação, Infraestrutura e Assistência Social, além dos demais setores da administração direta municipal. Em seguida a Sra. Coordenadora Vanderleia esclareceu aos presentes que, até o efetivo momento a proposta ainda se encontrava em processo de elaboração, podendo sofrer algumas alterações, até o efetivo envio para o poder legislativo dentro do prazo estabelecido em lei. Na sequência, deu-se início ao Momento de Interação, conduzido sob o lema institucional "Participar é transformar", abrindo-se a palavra para a manifestação do público, esclarecimento de dúvidas e apresentação de contribuições. Não havendo mais manifestações ou questionamentos por parte dos presentes, a Sra. Coordenadora agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a audiência pública. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pela Secretária Municipal de Planejamento e Finanças e pelos demais componentes da mesa. Barra do Garças – MT, 14 de abril de 2026.

***Luene Pereira de Souza***

*Secretária Municipal de Planejamento e Finanças  
Prefeitura Municipal de Barra do Garças - MT  
Portaria nº21.815 de 01/01/2025*